



Nos termos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), a fiscalização prévia, a cargo da 1.ª Secção do Tribunal de Contas, aprecia a legalidade financeira dos atos, contratos e outros instrumentos geradores de despesa ou representativos de responsabilidades financeiras, antes de as mesmas serem realizadas.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Durante o mês de maio de 2022 foram visados expressamente 157 atos e contratos submetidos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas (Sede e Secções Regionais dos Açores e da Madeira), representando mais de 378 milhões de euros.

No mesmo período houve duas recusas de visto, representando cerca de um milhão de euros.

DECISÕES DA FISCALIZAÇÃO PRÉVIA NO MÊS DE MAIO

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	106	57,92	206 170 027,08	52,53
Visto com Recomendações	47	25,68	171 997 230,85	43,82
Declaração de Conformidade Homologada	4	2,19	330 155,00	0,08
Recusa de Visto	2	1,09	1 180 064,00	0,30
Outras extinções da instância (*)	24	13,11	12 813 971,24	3,26
TOTAL DE DECISÕES	183	100	392 491 448,17	100

(*) Inclui devolvidos não sujeitos a visto, extinção da instância por deserção, indeferimento liminar, cancelados por desistência e outros cancelamentos

TOTAL ACUMULADO NO ANO DE 2022

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	333	36,47	818 184 543,88	51,37
Visto com Recomendações	249	27,27	679 804 951,71	42,69
Declaração de Conformidade Homologada	88	9,64	48 886 121,53	3,07
Recusa de Visto	12	1,31	27 008 274,97	1,70
Outras extinções da instância (*)	231	25,30	18 710 073,73	1,17
TOTAL DE DECISÕES	913	100	1 592 593 965,82	100

Ligações úteis

- Acórdãos de recusa de visto (da 1.ª Secção) e outras Decisões em processos de fiscalização prévia (da 1.ª Secção)
- Sínteses de jurisprudência da 1.ª Secção, por assunto e por tipo de decisão